

# **O DIREITO À EDUCAÇÃO E O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE: A ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL (2013-2018)**

Monique Pereira Gomes – PPGEd/UFCG

moniquegomes14@yahoo.com.br

## **Introdução**

O presente trabalho apresenta pesquisa em andamento, que tem como objetivo investigar a atuação do Poder Executivo Municipal, com ênfase na Secretaria Municipal de Educação, para a efetivação do direito à educação escolar de crianças e adolescentes no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, considerando a forte presença do trabalho infantil, neste município, por se constituir em pólo de confecções. A exploração do trabalho de crianças e adolescentes expressa as desigualdades sociais existentes no país e, mais especificamente, no município em estudo.

O município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, segundo o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), apresenta uma população de 87.582 habitantes. Está localizado no agreste pernambucano, onde a dinâmica de desenvolvimento social e econômico mantém crescente fluxo de entrada de novos moradores, aumentando o número de migrantes oriundos do próprio estado e, também, de estados vizinhos.

O desenvolvimento do comércio e da produção de confecções no município estudado<sup>1</sup>, segundo o documentário Sulanca (1986), tem sua origem por volta dos anos 1950 a partir da confecção de cobertas e roupas simples produzidas com retalhos de tecidos trazidos da capital pernambucana e do sul do país. Por meio da produção e da participação familiar, o comércio foi sendo expandido e organizado com incentivo político e econômico, com empréstimos e financiamentos bancários para a compra de materiais de acabamento das peças e de máquinas industriais para a ampliação da

---

<sup>1</sup> O *site* da Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe apresenta o município da seguinte forma: “além de uma cidade polo, é a maior produtora de confecções de Pernambuco, segundo o SENAI, e a 2ª maior produtora de confecções do Brasil. Possui o maior parque de confecções da América Latina em sua categoria, o Moda Center Santa Cruz. É também conhecida como a Capital da Sulanca ou Capital das Confecções. Santa Cruz do Capibaribe é o principal ponto de escoação e vendas de confecções de Pernambuco, que com Toritama e Caruaru formam o destacado Triângulo das confecções” (SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, s. d.).

produção (SULANCA, 1986). Segundo Lima (2010), o Polo de Confecções do Agreste tem grande importância para o desenvolvimento econômico da região, “principalmente na geração de emprego, visto que é um setor intensivo em mão de obra, e em determinadas etapas do processo produtivo, o nível de exigência de erudição dessa mão de obra não é muito alto” (p. 15).

De acordo Julião (2013), a migração de muitas pessoas e famílias para o município, especialmente em busca de trabalho para assegurar a sobrevivência, favorece a participação de crianças e adolescentes nas atividades de confecção e venda de mercadorias. Muitas vezes, o processo de preparo das mercadorias é desenvolvido nas próprias residências, dificultando a fiscalização e a proibição do trabalho infantil (p. 12). Esta situação vem contribuindo para a ampliação dos índices de evasão e abandono escolar no município (p. 25-26).

Ao discutir o trabalho infantil em Santa Cruz do Capibaribe/PE, Julião (2013) afirma que o município foi responsável por alguns dos maiores índices de trabalho infantil no país, em dois momentos históricos, em 1991 e em 2000. Nestes momentos, o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho no município era o maior no Estado de Pernambuco.

No ano de 2013, o Ministério Público do Trabalho em Pernambuco realizou uma força-tarefa no município, para verificar as políticas públicas municipais, em vigor, relacionadas ao combate ao trabalho infantil. Segundo o Ministério Público do Trabalho/Recife, o município foi escolhido pelos altos índices de exploração do trabalho infantil apontados no Censo de 2010, que revelou que a taxa de ocupação na faixa etária de 10 a 17 anos era de 31,83% em Santa Cruz do Capibaribe, enquanto que a média nacional era de 12,4% e a do Nordeste, 12,14%. (MINISTÉRIO PÚBLICO/RECIFE, 2013). Neste ano, o município ocupou a 8ª posição no *ranking* estadual no quesito trabalho infantil, sendo estimado o número de 4.300 crianças e adolescentes em situação de trabalho.

A atuação do Ministério Público do Trabalho do Estado de Pernambuco no município de Santa Cruz do Capibaribe, em 2013, resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo prefeito do município. O TAC definiu ações a serem desenvolvidas pelo Poder Executivo municipal a fim de atender às

demandas provenientes da problemática do trabalho infantil. Entre as ações previstas, destaca-se a criação de um Plano Municipal de Combate à Evasão Escolar, tendo como principal articulador desta ação a Secretaria de Educação. O Plano somente foi aprovado no ano de 2017 e está em fase de implementação. A análise deste plano e de sua implantação consiste dimensões centrais da presente pesquisa.

### **Desenvolvimento**

Para a realização da pesquisa vem sendo realizado o estudo de bibliografia que aborda o tema do trabalho infantil no país e, mais especificamente, no município investigado, e suas relações com a negação do direito à educação. A análise de documentos legais e normativos, federais e municipais, vem sendo feita com o objetivo de conhecer as definições acerca do direito das crianças e adolescentes, com ênfase ao direito à educação, e do dever do Estado em sua garantia. As políticas e ações propostas e implantadas no combate e na prevenção do trabalho infantil em Santa Cruz do Capibaribe/PE, também, vêm sendo identificadas e examinadas. Com o intuito de conhecer melhor as iniciativas adotadas, no município, para a redução da evasão escolar, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de esferas do poder executivo municipal responsáveis, diretamente ou indiretamente, pela garantia do direito à educação: Secretaria de Educação do Município, Secretaria de Governo de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Pretende-se entrevistar, também, integrantes de órgãos municipais compostos por representantes do poder público e da sociedade civil: Conselho Municipal de Combate à Evasão Escolar de Santa Cruz do Capibaribe CMCEESCC e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes COMDECA.

### **Considerações finais**

A pesquisa, por estar em fase de coleta de dados, ainda, não permite a apresentação de resultados. No entanto, pode-se destacar a pertinência e a atualidade do tema que envolve as temáticas do trabalho infantil e da garantia do direito à educação, situadas em uma das regiões mais pobres do país. Os estudos já realizados apontam para

o reduzido compromisso do poder público na busca por solução do problema, visto, entre outros, a demora na elaboração do Plano Municipal de Combate à Evasão Escolar e a dificuldade da mobilização e articulação dos responsáveis no encaminhamento de propostas.

Considerando a realidade exposta, a presente pesquisa visa contribuir para a ampliação da compreensão acerca das iniciativas do Poder Público, seus limites e contribuições, para o combate à evasão e ao abandono escolar em decorrência do trabalho das crianças e adolescentes, constitutivo dos níveis de pobreza e exclusão social presentes no município, na região e no país.

## Referências

JULIÃO, Gilson José. **Costurando pelas mãos da infância**: o trabalho infantil na cidade de Santa Cruz do Capibaribe / PE. Monografia (Pós-Graduação em Direitos da Criança e do Adolescente) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

LIMA, Mariana Cavalcanti Pincovsky de. **A metamorfose do belo**: uma análise do setor de confecção no agreste Pernambuco. Recife: 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CTG. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/5608/1/arquivo717\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/5608/1/arquivo717_1.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/RECIFE. **Força-tarefa nacional coordinfância políticas públicas Santa Cruz do Capibaribe**. Disponível em: <<https://vdocuments.mx/mpt-combate-trabalho-infantil-em-santa-cruz-do-capibaribe.html>>. Acesso em: 12 maio 2018.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. **A cidade**. s. d. Disponível em: <<https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/pagina/id/6>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SULANCA: A evolução econômica das mulheres de Santa Cruz do Capibaribe. Direção de Kátia Mesel. ARRECIFE - Produções Cinematográficas, 1986.